



Análise dos Indicadores de Desempenho em Municípios de Santa Catarina

Resumo

O objetivo geral deste estudo é avaliar o desempenho dos municípios catarinenses a partir dos índices de eficiência nos diversos setores da administração pública e também das receitas e PIB *per capita* de cada município. Considerando os procedimentos metodológicos utilizados, a pesquisa se caracteriza como descritiva, de procedimento documental e abordagem quantitativa. A amostra da pesquisa compreende aos municípios catarinenses com população entre 15 e 20 mil habitantes, somando 25 municípios no total. Os dados utilizados para análise correspondem ao ano de 2016, sendo utilizadas como fonte de dados os portais de transparência dos municípios e o site da FECAM (Federação Catarinense dos Municípios). Para obter os resultados para as comparações foi utilizada a metodologia da análise envoltória de dados (DEA). Os resultados mostram que maioria dos municípios (17) da amostra são eficientes com índices acima de 1,0, enquanto uma minoria (8) está abaixo desse índice e precisam buscar referências nos municípios destaques para melhorarem seu desempenho. O destaque entre os municípios é Bombinhas que tem os melhores resultados em vários índices. Outro ponto observado foi de que nem todo município com baixa receita ou PIB *per capita* possui índices baixos, sendo que a gestão correta e o controle das receitas e despesas que trazem desempenhos eficazes.

Palavras-chave: Índices de Desempenho; Eficiência Pública; Municípios Catarinenses.

Linha Temática: Outros temas relevantes em contabilidade

1 Introdução

Os vários níveis da administração pública estão sendo pressionadas a atender as demandas do cidadão dentro dos princípios da eficiência, eficácia e efetividade. Segundo Lima (2015, p. 109) “os gastos públicos devem apresentar o maior retorno social possível”. Para que os princípios sejam efetivamente alcançados na gestão pública, é necessária uma correta aplicabilidade dos recursos, e que, estes sejam suficientes para atender as demandas e necessidades de cada município (Lima, 2015).

A chave para conciliar a capacidade e a demanda no setor público segundo Boueri Boueri, Rocha e Rodopoulos. (2015, p.15) consiste na “racionalização e priorização do gasto público de forma a se atingir os objetivos dos cidadãos em relação aos serviços públicos com a utilização dos recursos disponíveis, sem que haja necessidade de crescimento desmesurado do gasto”. Sem dúvida, essa racionalização do gasto é o principal desafio que o desenvolvimento econômico do Brasil apresenta.

Um fator importante e drama no orçamento público são de que as pessoas que ali estão gastam o dinheiro da população contribuinte, tendo os políticos e funcionários públicos decidir onde e de que forma alocar as receitas arrecadadas. O desafio é evitar os gastos excessivos e reduzir os riscos de corrupção por meio de uma maior eficiência e menor sobre destinação dos recursos para determinados setores, mas sim para setores com maior retorno econômico e social (Lima, 2015).



Contudo, pode-se facilmente observar, que alguns municípios com maior população nem sempre tem melhor arrecadação, outros recebem maiores valores de receitas de terceiros que outros com mesmos parâmetros, e tais fatores influenciam os índices de desenvolvimento e qualidade de vida dos mesmos. A demanda que se tem por serviços públicos só cresce e os debates sobre a mesma concentram-se no montante de recursos necessários para atender a essas necessidades da população, normalmente é preciso de uma quantidade maior de recursos como condição para conseguir mais bens públicos (Boueri et al., 2015).

No Brasil existe o Fundo de Participação dos Municípios, que é uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b), da União para os Estados e o Distrito Federal, sendo composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A distribuição dos recursos para os Municípios é feita de acordo com o número de habitantes, com faixas populacionais fixadas, cabendo um coeficiente individual a cada uma das faixas. Os critérios utilizados para cálculo dos coeficientes estão baseados na Lei n.º. 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei N.º 1.881/81.

Em Santa Catarina a FECAM (Federação Catarinense de Municípios) que tem como missão fortalecer a gestão pública municipal e o movimento municipalista catarinense, possui dentre seus sistemas o IDMS (Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios Catarinenses), que a partir de indicadores fundamentais para o nível de desenvolvimento do território se aplica um conceito de desenvolvimento municipal sustentável. Servindo esse índice como apoio para a gestão sendo capaz de situar e evidenciar as prioridades regionais e municipais em relação a um futuro desejado pela municipalidade. Compreende-se a sustentabilidade como um equilíbrio entre as dimensões cultural, social, econômica, ambiental e político-institucional.

Além disso, destaca-se a importância da análise e gestão dos recursos, sendo que a administração pública precisa ser controlada com o intuito de conferir maior eficácia, eficiência e economicidade nos gastos públicos e dar mais transparência na aplicação dos recursos públicos.

Diante desse contexto, o trabalho pretende identificar os principais índices de desenvolvimento dos municípios catarinenses e como a receita e o PIB podem interferir nesses índices, além de analisar se os municípios com população aproximada entre quinze e vinte mil habitantes possuem índices parecidos e o que pode interferir de um município para o outro nesses resultados e quais os setores tem mais destaque dentre os índices. A partir da consciência dessas normas, o trabalho servirá como base para análise desses aspectos nos vinte e cinco municípios de Santa Catarina com população entre 15 e 20 mil habitantes.

A partir disso, o estudo pretende analisar os índices de desenvolvimento dos municípios a partir das receitas *per capita* e do PIB *per capita*, e de que forma estas influenciam no desenvolvimento e desempenho dos diversos setores e demandas econômicas e sociais conforme o número de habitantes por município delimitado para a pesquisa.

Diante do exposto, o estudo será desenvolvido de forma a responder a seguinte questão problema: Os Municípios de Santa Catarina com população entre 15 e 20 mil habitantes possuem um índice de desenvolvimento e de receitas aproximados e PIB *per capita* influenciam nos indicadores municipais?

O presente estudo tem como objetivo geral analisar, se os municípios de Santa Catarina com população entre 15 e 20 mil habitantes possuem índices de desenvolvimento aproximados e se as receitas e PIB *per capita* influenciam nos indicadores municipais.



Assim, justifica-se este estudo, pela necessidade de uma avaliação do cenário dos índices de desempenho e da arrecadação e alocação das receitas públicas, além dos gastos dos municípios da amostra, sendo que possuem população semelhante, visando analisar, se realmente há uma efetiva paridade entre as receitas, gastos, investimentos e por fim dos indicadores nos variados setores e, se encontradas disparidades relevantes, tentar verificar quais os pontos que as causam.

2 Revisão de Literatura

A revisão da literatura apresenta os conceitos que sustentam o assunto pesquisado e serve de base para análise dos dados coletados. A subseção de contabilidade pública aborda os principais objetivos e funções da contabilidade pública; a subseção sobre Receitas Públicas enfoca principalmente as características e origens das receitas; já a subseção dos Indicadores aplicados ao setor público traz a importância da aplicação desses indicadores e os benefícios que estes podem trazer; e, por fim, a subseção de estudos correlatos apresenta alguns resultados obtidos em investigações de natureza semelhante.

2.1 Contabilidade Pública

Historicamente, a afirmação da soberania de um Estado se pressupõe pela incumbência do provimento de necessidades quanto à segurança externa, administração da justiça e ordem interna. Mas com o tempo esse conceito das necessidades públicas foi se ampliando, variando as formas de provimento e dos mecanismos de financiamento desses bens e serviços para atender as necessidades da população, levando à ampliação de suas ações nos campos da assistência social, saúde, educação, ciência e tecnologia, previdência, meio ambiente e outros (Piscitelli, 2010).

Considera-se serviço público, consoante Kohama (2010, p.2) como “o conjunto de atividades e bens que são exercidos ou colocados à disposição da coletividade, visando abranger e proporcionar o maior grau possível de bem-estar social ou da prosperidade pública”.

Devido ao estabelecimento de novos parâmetros para os registros contábeis no setor público, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público que são editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, o Brasil vem passando pelo processo de modernização da contabilidade pública, principalmente no seguimento da Lei de Responsabilidade Fiscal como regulamentadora dentro da contabilidade pública. (Quintana, Machado, Quaresma & Mendes, 2011)

Para Piscitelli e Timbó (2010, p. 2), as necessidades:

Tornam-se públicas porque são consideradas de tal modo meritórias que sua satisfação exige o suprimento de recursos públicos, além daquilo que é provido pelo mercado e pago pelos compradores particulares. Em princípio, tais necessidades seriam atendidas dentro dos limites de procura efetiva, de acordo com o princípio de exclusão, através do qual o consumidor estaria excluído do prazer de usufruir de qualquer bem ou serviço, a não ser que se dispusesse a pagar ao fornecedor o preço estipulado.

Ainda segundo Piscitelli e Timbó (2010), o custeio dessas necessidades públicas seja feito por meio da transferência das parcelas de recursos dos indivíduos e empresas ao governo, se completando assim o ciclo financeiro entre a sociedade e o Estado.



Administrar tudo isso cabe ao Estado, e administrar para Kohama (2010, p. 9), “é gerir os serviços públicos; isso significa não só prestar serviço, executá-lo, como também, dirigir, governar exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil”.

Para se obter esse resultado útil, a Lei de Responsabilidade Fiscal traz maior responsabilidade para a gestão fiscal e aos gestores públicos, conforme explica Quintana et al. (2011, p.1), que de acordo com o inciso 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000, pressupondo que

A ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia de inscrição em Restos a Pagar.

Tanto na produção, no fornecimento de bens ou serviços públicos nas funções clássicas de promover o crescimento, redistribuição e a estabilização, o Estado acaba sendo agente fundamental podendo interferir decisivamente na economia de um país, através de diferentes políticas. Por isso a importância das funções orçamentárias e financeiras da administração pública (Piscitelli & Timbó, 2010).

Pode-se descrever esse momento da Contabilidade Pública, como um estágio de eminente mudança dos mais variados aspectos contábeis, como os conceitos que antes eram considerados básicos, hoje são defasados. Atualmente, a contabilidade pública defendida é que possui visão patrimonial, principal objeto dentro da ciência contábil, além dos aspectos orçamentários. (Quintana et al., 2011)

Sintetizando todo esse processo de evolução, Piscitelli & Timbó (2010), apontam que a tarefa de avaliar e identificar o papel do Estado é irrecusável, assim como a gestão e destinação dos recursos e dos gastos públicos, pois são necessidades concretas de uma população se contrapondo a isso a disposição e a capacidade de coletividade ao transferir parcelas do patrimônio privado aos cofres públicos para financiar atividades governamentais a fim de prover o atendimento às necessidades dos cidadãos. Assim, o orçamento serve como instrumento para prever e acompanhar, a contabilidade como uma ferramenta para se verificar e analisar e o controle para se avaliar e também replanejar.

A contabilidade pública é considerada por Kohama (2010), como uns dos mais complexos ramos da ciência contábil, que tem por objetivo registrar, captar, acumular, interpretar e resumir fenômenos que afetem a situação orçamentária, financeira ou patrimonial da União, Estado, municípios e Distrito Federal e as respectivas autarquias, isso através de uma metodologia específica concebida que se utiliza de contas estruturadas no sistema orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação.

Dentro da contabilidade, como em todo processo de gestão, tem-se como ponto importante o planejamento, podendo através dele traçar desejos, expectativas e intenções para o futuro projetado para as entidades, sendo assim fundamental, além da determinação legal na contabilidade pública, pois traz uma melhor gestão aos recursos públicos e maior responsabilidade à gestão fiscal (Quintana et al., 2011).

É através das contas, conforme Kohama (2010, p. 25) que “a contabilidade faz evidenciar a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens pertencentes ou confiados à Fazenda Pública”.



Servindo assim para registro, controle e análise dos fatos administrativos na administração pública, com a escrituração contábil pelo método das partidas dobradas.

Analisando todos os conceitos pode-se afirmar que a ciência contábil possui como objeto o patrimônio, sendo responsável evidenciar as variações deste, além de interpretar e controlar os fenômenos que ocorrerem no mesmo (Carvalho, 2010).

2.2 Receitas Públicas

Entende-se por receita pública como ingresso de um recurso ao patrimônio público, ou seja, entrada de recursos financeiros, mais especificamente, que aumenta as disponibilidades. Têm-se diversos critérios de classificação quanto a receita, entre eles existem as receitas originárias e derivadas (Piscitelli & Timbó, 2010).

A receita na área pública, segundo Quintana et al. (2011, p. 39) “ está sempre relacionada ao ingresso e à arrecadação. Assim, torna-se fundamental para a manutenção dos serviços prestados pelo ente público”.

Pode-se definir receita como recursos instituídos e/ou arrecadados pelo poder público e que tem a finalidade de aplicabilidade nas demandas e anseios da sociedade, resumindo é todo e qualquer recurso que o Estado consegue obter e que atenda as demandas públicas (Carvalho, 2010).

Sobre o conceito de receitas correntes, a Lei federal nº 4.320/64 em seu inciso 1º do artigo 11 discorre:

São Receitas Correntes as receitas tributárias de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender as despesas classificáveis em Despesas Correntes (Brasil, 1964).

E no inciso 2º do art. 11 da Lei Federal 4.320/64 conceituam as receitas de capital da seguinte maneira

São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do orçamento corrente (Brasil, 1964).

Quanto à classificação da receita, Kohama (2010) as divide em dois grupos, em orçamentária e extraorçamentária. Já quanto às operações, tem dois tipos, corrente ou de capital.

De acordo com Quintana et al. (2011), a receita extraorçamentária, ou seja, aquela que em si não integra o orçamento alterando a composição do patrimônio financeiro, porém sem alterar a situação líquida da entidade. Temos como exemplos de receitas extraorçamentária: fianças, cauções, depósitos de garantia, retenções na fonte, consignações na folha a favor de terceiros, salários não reclamados e outros.

No que se refere à contabilização da receita pública, a mesma é classificada conforme a variação da situação líquida a qual ela poderá provocar, tendo assim a receita pública efetiva e a não efetiva. Considera-se receita pública efetiva aquela que os ingressos não representem obrigações ao ente público, alterando a situação líquida e incorporando ao patrimônio. Já na receita pública não efetiva, os ingressos de recursos são precedidos de registro e não alteram assim a situação líquida da entidade (Carvalho, 2010).



O orçamento, segundo o Tesouro Nacional (2012, p. 39) “é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período”.

A receita pública que é arrecadada passa por um processo sistemático, explica Carvalho (2010), dividido em três estágios, sendo o primeiro o planejamento através da previsão de arrecadação; o segundo é a execução, onde ocorrem o lançamento, a arrecadação e o recolhimento; e por fim o controle e avaliação onde é feita a fiscalização.

Uma forma de se avaliar a correta aplicabilidade dos recursos públicos é por meio de diversos indicadores e sistemas que a globalização nos fornece.

2.3 Indicadores Aplicados ao Setor Público

A formação de indicadores de desempenho no setor público se tornou fundamental para acompanhamento das atividades, determinação da eficiência da entidade pública e estimação do bem-estar social. Esses indicadores permitem aos gestores calcular a eficiência resultante das despesas públicas (Boueri et al., 2015).

Nas finanças públicas, conforme Riani (2012) na construção dos indicadores existem uma variedade de itens, que podem ser definidos conforme o objetivo ou avaliação específica que se pretende realizar de forma predeterminada.

Uma maneira simples de se ver como está à atuação do governo, é através no PIB (Produto Interno Bruto da Economia), no qual a equação faz a soma do consumo, do investimento, dos gastos do governo e das exportações subtraindo as importações. O impacto direto causado pelo aumento do consumo no PIB estimula a produção e por consequência o aumento do próprio PIB (Lima, 2015).

As medidas utilizadas para buscar os indicadores de desempenho no setor público, segundo Boueri et al. (2015, p. 228) podem ser macro ou micro, sendo que as

Medidas macro buscam fornecer um panorama geral do desempenho do setor público e do bem-estar proporcionado à população. Com isso, pode-se verificar a eficiência da despesa pública total. Já as medidas de desempenho micro se destinam a medir o desempenho do setor público em áreas específicas e a eficiência do gasto público nessas áreas. Tais medidas são limitadas, pois não levam em consideração o peso dessas áreas específicas no bem-estar total da população. Todavia são importantes, pois permitem identificar detalhadamente onde se encontram os problemas na provisão de bens e serviços públicos.

Os indicadores sociais, segundo Silva (2016, p. 48) “são medidas usadas para traduzir um conceito abstrato e informar algo sobre determinado aspecto da realidade para fins de pesquisa. Os índices de desempenhos são utilizados com o mesmo sentido”.

No que se diz respeito às medidas de desigualdade, temos a curva de Lorenz, citada por Lima (2015, P. 45), é “um indicador de quanto cada percentual da população absorve da renda. Assim, ela mede o percentual de renda absorvido... Quanto maior a desigualdade, maior o percentual que uma pequena parcela da população abocanha”.

Conforme Boueri et al. (2015, p. 333), com a facilidade de acesso a tecnologias e ferramentas computacionais, permitiu-se um avanço enorme na mensuração e obtenção dos indicadores e da eficiência dentro das últimas décadas. Afirma que hoje em dia “esses problemas podem ser resolvidos por estudantes e gestores públicos em seus computadores pessoais”.

Outro tipo de indicadores citados por Riani (2012) são indicadores dinâmicos ou de performance, os quais se diferenciam pela sua análise temporal, permitindo avaliar o real



desempenho das fontes de receitas, além de conseguir apurar índices de crescimento para os elementos da receita e despesa, com base num período como referência.

O próximo tópico apresenta alguns estudos realizados por diversos autores também na esfera pública com avaliação de desempenhos e índices por diferentes métodos de análise, que contribuem na situação e avaliação deste estudo.

2.4 Estudos Correlatos

A pesquisa de Gomes (2012) teve como objetivo propor uma metodologia de elaboração de indicadores de desempenho para prefeituras. A partir do estudo de caso e estratégia de intervenção participante, propõe-se uma cesta de indicadores de desempenho, bem como uma ferramenta do tipo *dashboard* (painel de instrumentos) para a definição de indicadores de desempenho que sejam adequados ao uso em prefeituras municipais. Por meio de uma abordagem interpretacionista operacionalizada com estudo de caso e pesquisa participante, buscou-se validar o modelo de Equacionamento das Funções Públicas, proposto por Gomes (1997). O sistema foi construído e testado na prefeitura de um município do estado de Goiás, a partir de indicadores de desempenho, os quais foram construídos por meio da interação com os gestores públicos, com base na metodologia pesquisa-ação.

O estudo realizado por Kaveski, Mazzioni & Hein (2013) objetivou identificar qual a eficiência dos recursos utilizados e destinados para a saúde pública em cidades da mesorregião do Oeste de Santa Catarina. A amostra da pesquisa é composta por 62 municípios da mesorregião do Oeste de Santa Catarina, os quais tinham os dados necessários para a análise pretendida. A partir da metodologia de análise envoltória de dados (DEA), o estudo avaliou a eficiência das cidades na amostra, obtendo-se o percentual de eficiência de cada município na área da saúde tanto nas mesorregiões como nas microrregiões. O que se pode observar com base nos resultados pelo emprego do modelo DEA é de que existem diferenças significativas na eficiência entre os municípios da amostra e de que os mesmos devem se utilizar dos modelos das mais eficientes para estarem melhorando seu desempenho na eficácia dos recursos destinados à saúde.

Já Silva (2016) buscou avaliar o desempenho dos gestores municipais quanto à alocação dos recursos financeiros na execução orçamentária e das despesas por índices. O estudo envolveu o período de treze exercícios financeiros dos municípios analisados, com vistas a revelar o desempenho dos mesmos pelo Índice de Desempenho de Funções de Governo (IDFG) e no Índice de Desempenho de Funções Sociais (IDFS). Conforme Silva (2016, p.18) “as entidades públicas devem avaliar os seus programas para certificarem que os seus resultados sejam atingidos”. Para fazer a análise e interpretação dos dados e do desempenho dos gestores municipais, Silva utilizou a técnica da Análise de Componentes Principais (ACP), que ajuda a criar um ranking entre as variáveis correlacionadas no estudo. Como resultado obtido, sendo a amostra compreendida aos 50 municípios brasileiros mais populosos, das 28 funções de governo classificadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), 19 funções foram escolhidas como de competência dos gestores públicos municipais na execução orçamentária da despesa (Índice de Desempenho de Funções de Governo - IDFG) e 9 foram classificadas como funções sociais de governo (Índice de Desempenho de Funções Sociais – IDFS).



3 Metodologia da Pesquisa

Este capítulo aborda o método e os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa. Neste trabalho, utilizou-se a pesquisa documental, constituída principalmente leis, artigos, sites e dados secundários já publicados.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa se caracteriza como qualitativa e quantitativa, pelo fato de proporcionar uma análise mais profunda e detalhada em relação ao fenômeno em estudo e ao mesmo tempo analisar o desempenho dos municípios através de indicadores numéricos. Já quanto aos objetivos propostos, a pesquisa é caracterizada como descritiva. Outra característica é quanto aos procedimentos técnicos utilizados, para o alcance dos objetivos propostos a pesquisa caracterizou-se como documental, considerando que os dados serão extraídos por meio de consulta em sites de indicadores dos municípios pesquisados.

Para a coleta de dados deste estudo serão utilizadas informações primárias e secundárias. Extraem-se os dados primários dos portais de transparência dos municípios analisados, como a receita de cada município no ano de 2016. Na presente pesquisa, os dados secundários serão os índices e indicadores informados no site da FECAM, onde também teremos a base do número de habitantes e do PIB *per capita* dos municípios como ano base de coleta 2016.

Para análise e interpretação dos dados teremos várias etapas a serem analisadas para responder ao objetivo, entre elas a identificação de receitas próprias e de terceiros, o PIB *per capita* e o IDMS de cada município, e partir destes podendo estar analisando se os municípios com população parecida possuem índices de desenvolvimento aproximados e analisar qual o reflexo dos valores de receitas e despesas nos diversos indicadores municipais e, além disso, verificar se existem municípios com número aproximado de população que recebem mais recursos de terceiros que outros.

Segundo Rampazzo e Corrêa (2008, p. 87), a população consiste em um “conjunto de indivíduos ou objetos que apresentam em comum determinadas características definidas para o estudo”. Já em relação a amostra Rampazzo e Corrêa (2008, p. 87), é como um “(subconjunto da população), torna-se necessário apoiar-se em técnicas estatísticas que foram desenvolvidas a fim de obter maior exatidão nos resultados alcançados na pesquisa”.

Como nem sempre é possível se pesquisar toda a população escolhida, devido às dificuldades de tempo e recursos disponíveis, é feita uma seleção desse grupo em certa amostra, compilando os exames a serem feitos (Lakatos & Marconi, 2010). A escolha da amostra se deu pelo número aproximado entre os municípios estabelecido como parâmetro.

Tabela 1: Municípios Analisados

	MUNICÍPIOS	HABITANTES		MUNICÍPIOS	HABITANTES
1	Porto Belo	19 744	14	Morro da Fumaça	17 373
2	Schroeder	19 463	15	Garuva	17 134
3	Jaguaruna	19 254	16	Presidente Getúlio	16 736
4	Pinhalzinho	19 105	17	Pouso Redondo	16 692
5	Três Barras	19 046	18	Santa Cecília	16 606
6	Papanduva	18 905	19	Itapiranga	16 541
7	Itapoá	18 749	20	Cocal do Sul	16 301
8	Ibirama	18 567	21	Palmitos	16 257
9	Taió	18 161	22	Massaranbuda	16 240
10	Otaciliano Costa	18 075	23	Dionísio Cerqueira	15 395



11	Bombinhas	18 052	24	Corupá	15 337
12	Abelardo Luz	17 782	25	Lauro Müller	15 073
13	Seara	17 483			

Fonte: Elaborado pela autora.

A população de estudo desta pesquisa, é composta pelos 295 Municípios do Estado de Santa Catarina, sendo que a amostra compreende 25 municípios, e para que o estudo fosse aplicado, os municípios deveriam obedecer a determinados critérios preestabelecidos. O presente estudo levou em conta o seguinte critério: município catarinenses com número de habitantes de 15 à 20 mil, que possuem os dados necessários para realizar a coleta de dados, compondo a amostra os municípios apresentados na Tabela 1.

Para a análise dos dados foi aplicado a técnica de análise envoltória de dados (DEA). O método DEA é um modelo não paramétrico utilizado com finalidade de calcular a eficiência entre várias unidades de produção (Senra, Nanci, Mello & Meza, 2007). O método trabalha com duas variáveis, os inputs (entradas do sistema) e os outputs (saídas do sistema), e que por meio da relação entre esses dois tipos de variáveis calcula-se a eficiência das instituições (Thanassoulis, Kortelainen, Johnes, & Johnes, 2011).

Considerando os inputs e os outputs, é avaliada a eficiência das chamadas *Decision Making Units* (DMU), que são as unidades produtivas analisadas, comparando-as todas entre si para chegar ao resultado do desempenho de cada uma delas (Gomes, 2008).

Dentre as opções de análise, optou-se pelo método BCC ou *Variable Returns to Scale* (VRS), que segundo Macedo, Barbosa & Cavalcante. (2009, p. 68) “[...] permite a projeção de cada DMU ineficiente sobre a superfície de fronteira (envoltória) determinada pelas DMUs eficientes de tamanho compatível”. Tal modelo mantém fixa a quantidade de inputs e maximiza os resultados dos outputs proporcionalmente (Kaveski, Degenhart, Vogt & Hein, 2015).

4 Análise e Interpretação dos Resultados

Na análise dos dados são apresentados os indicadores de PIB e Receita *per capita* de cada município, bem como os resultados que compõe o IDM de cada município. Na Tabela 2 a seguir estão os dados coletados que serão utilizados para análise dos municípios da amostra.

Tabela 2: Dados dos municípios

Nro	Município	PIB Per Capita	Receita per Capita	IDM - SC	IDM Saúde	IDM Educação	IDM Economia	IDM Finanças	IDM Gestão
1	Porto Belo	56.663,91	3.844,50	0,726	0,84	0,74	0,56	0,82	0,88
2	Schroeder	22.302,54	2.567,98	0,629	0,81	0,78	0,56	0,61	0,79
3	Jaguaruna	18.209,67	2.565,30	0,548	0,59	0,71	0,52	0,75	0,52
4	Pinhalzinho	42.869,64	3.068,55	0,654	0,77	0,78	0,61	0,88	0,82
5	Três Barras	44.720,16	2.847,26	0,608	0,77	0,62	0,61	0,64	0,63
6	Papanduva	22.851,95	2.792,44	0,557	0,78	0,75	0,48	0,60	0,69
7	Itapoá	22.722,58	2.934,16	0,668	0,62	0,72	0,52	0,66	0,81
8	Ibirama	19.479,03	2.308,68	0,656	0,74	0,69	0,57	0,83	0,82
9	Taió	24.130,52	2.375,10	0,621	0,75	0,77	0,55	0,64	0,88
10	Otacílio Costa	27.739,94	2.985,78	0,618	0,72	0,68	0,59	0,67	0,88
11	Bombinhas	22.868,22	5.956,19	0,754	0,77	0,78	0,63	0,82	1,00
12	Abelardo Luz	28.395,72	2.750,61	0,532	0,72	0,66	0,45	0,65	0,83
13	Seara	34.228,02	2.870,29	0,645	0,79	0,74	0,65	0,59	0,82



14	M.Fumaça	31.667,30	3.061,42	0,627	0,74	0,81	0,59	0,62	0,85
15	Garuva	36.545,74	2.688,73	0,644	0,81	0,66	0,59	0,57	0,70
16	Pres. Getúlio	25.412,35	2.437,99	0,699	0,78	0,74	0,53	0,69	0,77
17	Pouso Redondo	23.273,16	2.197,35	0,550	0,70	0,67	0,53	0,57	0,75
18	Santa Cecília	16.795,64	2.415,76	0,589	0,83	0,63	0,53	0,59	0,72
19	Itapiranga	29.868,49	3.313,13	0,628	0,79	0,88	0,64	0,67	0,82
20	Cocal do Sul	30.665,30	3.116,35	0,715	0,70	0,86	0,66	0,67	0,88
21	Palmitos	25.172,55	2.700,31	0,594	0,65	0,84	0,51	0,77	0,91
22	Massaranduba	25.390,72	2.494,23	0,669	0,68	0,78	0,59	0,61	0,95
23	Dion. Cerqueira	18.872,60	3.346,55	0,537	0,70	0,67	0,47	0,80	0,81
24	Corupá	19.176,34	3.032,89	0,683	0,65	0,82	0,56	0,81	0,77
25	Lauro Müller	12.828,76	2.409,85	0,657	0,68	0,74	0,56	0,54	0,74

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre todos os municípios analisados na Tabela 2 verifica-se que Porto Belo tem o maior número de habitantes e Lauro Müller o menor número, e curiosamente isso se repete no PIB *per capita* dos mesmos, onde o Porto Belo se destaca entre os 25 municípios com um PIB *per capita* de R\$ 56.663,91, já Lauro Müller o menor valor com R\$ 12.828,76. Se verificados todos os municípios nem sempre o que possui maior número de habitantes possui PIB mais elevado que os demais. O PIB (Produto Interno Bruto), conforme matéria do G1 é utilizada para medir o nível da riqueza e atividade econômica de regiões, quanto maior a produção, maior é o consumo, o investimento e as vendas. Já o PIB *per capita* (por pessoa) mede quanto do total que é produzido numa região cabe a cada habitante considerando parte igual a todos e por consequência quanto maior o PIB *per capita* maior será o índice de desenvolvimento. Portanto, o município de Porto Belo consegue ter um excelente desenvolvimento em várias áreas por conseguir mesmo com maior população o maior PIB *per capita*, enquanto Lauro Müller não precisaria estar com o menor PIB *per capita* só por ter menos habitantes.

Outro dado levantado na pesquisa é a receita *per capita* de cada município, ou seja, o total da receita arrecadada do município dividido igualmente entre o número de habitantes, e que ajuda a medir o grau de desenvolvimento econômico do município, região ou país. Entre os municípios pesquisados Bombinhas possui a maior receita *per capita*, com incríveis R\$ 5.956,19 por habitante, valor bem acima dos demais, já Pouso Redondo possui o menor valor com R\$ 2.197,35 por habitante. Ambos os números se refletem nos resultados dos índices apresentados posteriormente.

Sobre os índices extraídos da FECAM com base no ano de 2016, são os IDM (Índice de Desenvolvimento Municipal) em relação ao índice estadual que é a média de inúmeros índices de cada esfera dos municípios, a média de Santa Catarina é 0,608 e nos municípios em análise o maior índice é de Bombinhas com 0,754 e o menor é Abelardo Luz com 0,532. Porto Belo além de ser destaque no PIB *per capita* é o município com o maior IDM na saúde com 0,84. Mesmo índice Itapoá é o mais baixo com 0,62. Ao analisa o IDM educação tem-se Itapiranga em alta com um índice muito bom de 0,88 no qual os investimentos no setor estão trazendo resultados, já de Três Barras não se pode relatar o mesmo, sendo o que tem o menor índice de 0,62. Referente ao índice de economia, a maioria dos municípios não possuem índices tão bons em relação aos demais índices, a frente encontra-se Cocal do Sul com IDM de 0,66 e por último Dionísio Cerqueira com IDM de 0,47. No IDM as finanças voltam a ter bons números com o município de Pinhalzinho que apresenta o maior número de 0,88 e Lauro Müller que também é o último no PIB *per capita* é o menor com IDM de 0,54. Por último



apresenta-se o IDM de gestão, no qual foi verificado um resultado extraordinário sendo que Bombinhas, destaque na receita *per capita* e no índice estadual, alcançou um índice de gestão de 1,0 e é o município com maior destaque entre os demais 24 com base nesses dados analisados, já Jaguaruna ficou com o menor índice de gestão com 0,52.

Portanto, analisando esses números pode-se constatar que realmente é importante a análise e gestão dos recursos, sendo que a administração pública precisa ser controlada com o intuito de conferir maior eficácia, eficiência e economicidade nos gastos públicos e dar mais transparência na aplicação dos recursos públicos em todas as esferas.

As próximas análises são feitas com base nos coeficientes DEA, utilizando resultados do modelo BCC, pela orientação output. A Tabela 3 irá apresentar o índice de eficiência obtido por cada município.

Tabela 3: Índices de Eficiência do Municípios

Nro	Município	Índice de eficiência	Eficiente	Não eficiente
1	Porto Belo	1,000000	X	
2	Schroeder	1,000000	X	
3	Jaguaruna	0,970329		X
4	Pinhalzinho	1,000000	X	
5	Três Barras	0,975165		X
6	Papanduva	0,964163		X
7	Itapoá	0,967847		X
8	Ibirama	1,000000	X	
9	Taió	1,000000	X	
10	Otacílio Costa	0,980434		X
11	Bombinhas	1,000000	X	
12	Abelardo Luz	0,942949		X
13	Seara	1,000000	X	
14	Morro da Fumaça	0,976619		X
15	Garuva	1,000000	X	
16	Presidente Getúlio	1,000000	X	
17	Pouso Redondo	1,000000	X	
18	Santa Cecília	1,000000	X	
19	Itapiranga	1,000000	X	
20	Cocal do Sul	1,000000	X	
21	Palmitos	1,000000	X	
22	Massaranduba	1,000000	X	
23	Dionísio Cerqueira	0,996161		X
24	Corupá	1,000000	X	
25	Lauro Müller	1,000000	X	

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao aplicar os coeficientes DEA para analisar a eficiência dos municípios estudados consegue-se ter uma análise mais exata e detalhada dos níveis de desenvolvimento de cada cidade. Assim pelos cálculos o município que atingir o índice de 1,0 é considerado eficiente e abaixo de 1,0 que apresentam folga, ou seja, são os menos eficientes e precisam melhorar seus desempenhos para alcançar a média estipulada como parâmetro de eficiência através dos coeficientes aplicados.

A Tabela 3 apresenta quais são os municípios eficientes, a maioria deles (17), dentre os quais Porto Belo, Schroeder, Pinhalzinho, Ibirama, Taió, Bombinhas, Seara, Garuva, Presidente Getúlio, Pouso Redondo, Santa Cecília, Itapiranga, Cocal do Sul, Palmitos,



Massaranduba, Corupá e Lauro Müller. Já entre os que apresentaram folga e ficaram abaixo de 1,0 tem-se 8 municípios: Jaguaruna, Três Barras, Papanduva, Itapoá, Otacílio Costa, Abelardo Luz, Morro da Fumaça e Dionísio Cerqueira, entre os quais Abelardo Luz possui o menor índice de eficiência com 0,942949, sendo que o mesmo já apresentou o menor resultado no IDM estadual dentre os 25 em estudo, confirmando que é o menos eficiente e desenvolvido, tendo que buscar alternativas para melhorar seu desempenho.

A seguir através dos coeficientes DEA obteve-se um resultado que indique aos municípios com índice de eficiência abaixo de 1,0 qual município eles devem usar como referência para melhorar seus índices.

Tabela 4: Municípios com índices de eficiência abaixo de 1,0

Municípios	Porto Belo	Schroeder	Pinhalzinho	Ibirama	Taió	Bombinhas	Seara	Pres. Getúlio	Santa Cecília	Itapiranga	Massaranduba	Corupá	Lauro Müller
Jaguaruna	0,000	0,000	0,000	0,569	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,252	0,179
Três Barras	0,000	0,000	0,213	0,019	0,000	0,000	0,648	0,000	0,120	0,000	0,000	0,000	0,000
Papanduva	0,017	0,931	0,000	0,000	0,000	0,043	0,000	0,000	0,010	0,000	0,000	0,000	0,000
Itapoá	0,000	0,000	0,000	0,079	0,000	0,142	0,000	0,439	0,000	0,000	0,193	0,000	0,148
Otac. Costa	0,057	0,000	0,004	0,193	0,000	0,106	0,217	0,000	0,000	0,000	0,424	0,000	0,000
Ab.Luz	0,145	0,007	0,000	0,079	0,722	0,047	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
M. Fumaça	0,098	0,000	0,000	0,000	0,042	0,000	0,000	0,000	0,000	0,537	0,323	0,000	0,000
DCerqueira	0,000	0,000	0,000	0,904	0,000	0,003	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,093

Fonte: Elaborado pela autora.

Para fins de orientação, a Tabela 4 traz exatamente as cidades em que os municípios com baixos índices devem se espelhar e usar como modelo para melhorar a gestão dos recursos e transformá-los em números e resultados eficazes. Assim, temos a seguinte relação: Jaguaruna (Ibirama: 0,569, Corupá, Lauro Müller), Três Barras (Pinhalzinho, Ibirama, Seara: 0,648, Santa Cecília), Papanduva (Porto Belo, Schroeder: 0,931, Bombinhas, Santa Cecília), Itapoá (Ibirama, Bombinhas, Presidente Getúlio: 0,439, Massaranduba, Lauro Müller), Otacílio Costa (Porto Belo, Pinhalzinho, Ibirama, Bombinhas, Seara, Massaranduba: 0,424), Abelardo Luz (Porto Belo, Schroeder, Ibirama, Taió: 0,722, Bombinhas), Morro da Fumaça (Porto Belo, Taió, Itapiranga: 0,537, Massaranduba), Dionísio Cerqueira (Ibirama: 0,904, Bombinhas, Lauro Müller). Os municípios referência entre parênteses que possuem o coeficiente são porque entre os municípios que servem de modelo este é o de maior eficiência e que mais pode ajudar e servir de referência para o município melhorar seu desempenho, sem deixar de observar os demais citados também é claro, cada um tem um pouco que pode contribuir para melhorias.

Tabela 5: Municípios referenciados

Município	Nro referências
Porto Belo	4
Schroeder	3
Pinhalzinho	2
Ibirama	6
Taió	2
Bombinhas	5
Seara	2
Garuva	0
Presidente Getúlio	1



Pouso Redondo	0
Santa Cecília	2
Itapiranga	1
Cocal do Sul	0
Palmitos	0
Massaranduba	3
Corupá	1
Lauro Muller	3

Fonte: Elaborado pela autora.

A Tabela 5 apresenta o número de vezes que os municípios eficientes serviram de referência para os demais melhorarem o desempenho de seus índices de desenvolvimento. Destacando os três primeiros, encontra-se em primeiro Ibirama, que é referência para seis municípios, em seguida Bombinhas foi referenciada cinco vezes, e Porto Belo por quatro vezes serviu de referência.

5 Conclusões e Pesquisas Futuras

O presente estudo tem como objetivo geral analisar, se os municípios de Santa Catarina com população entre 15 e 20 mil habitantes possuem índices de desenvolvimento aproximados e se as receitas e PIB *per capita* influenciam nos indicadores municipais. Considerando que a amostra da pesquisa consistiu em apenas 25 dos 295 municípios do estado de Santa Catarina, e que dentro desses 25 a maioria obteve eficiência pela análise envoltória de dados (DEA), isso não quer dizer que esses não precisem ou não possam melhorar seus indicadores, pois, ainda existem detalhes, que cada município tem a verificar e que pode estar impedindo seu melhor desempenho. O processo de gestão é contínuo, a eficácia e a economicidade só se conseguem com um constante controle e aprimoramento dos sistemas operacionais e de gestão dos recursos, principalmente na área pública em que o dinheiro que está ali é de todos e deve sempre um cuidado especial para destinar ele corretamente, pois, está sujeito à fiscalização dos órgãos reguladores.

Sendo os municípios de várias regiões diferentes do estado, pois na pesquisa a seleção foi feita pelo número de habitantes e não pela região a que pertenciam e permitindo uma análise dos diferentes tipos de economias de cada município, que possam servir de modelo para os demais municípios, no intuito de buscarem novas frentes e maneiras de fazer a gestão de seus recursos e das formas em alocar suas despesas.

Pode-se concluir ao fim desse estudo que a maioria (17) dos municípios analisados de Santa Catarina possui bons indicadores de desempenho e que a receita e o PIB *per capita* variam bastante de um município para o outro, porém não é o fator principal nos resultados dos índices de eficiência, mostrando que o desempenho depende de quem melhor souber administrar e gerir seus recursos e despesas, e que os poucos municípios (8) que não atingiram a eficiência de 0,1 (porém chegaram muito próximo a isso) tem como melhorar os números podendo utilizar os próprios municípios da amostra como referência.

Dessa forma, é possível considerar satisfatório os indicadores de desempenho atuais dos municípios analisados e mostra que Santa Catarina realmente apresenta bons números dentro do país, os pequenos ajustes para melhorar ainda mais são possíveis com gestão e controle de qualidade na administração pública como em todos os outros setores.



Sendo que uma pesquisa não se esgota em si mesma, a pesquisa realizada proporcionou suposições adicionais para melhoria do modelo desenvolvido. Assim, sugere-se o seguinte para novos estudos: Recomenda-se que para trabalhos futuros seja ampliada ou alterada a amostra da pesquisa, visto que uma nova amostra permitirá a utilização deste estudo para fins de comparabilidade dos resultados para mais municípios do estado e do país. Outra recomendação é que se faça a correlação da eficiência dos municípios, obtidos pela DEA, com a satisfação dos munícipes de cada cidade. Sugere-se ainda um aprofundamento maior nos temas que envolvem a gestão e controle dos recursos públicos e da análise de todos os índices abordados pela FECAM.

Referências

- Boueri, R., Rocha, F., & Rodopoulos, F (Org.) (2015). *Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional. 463.
- Brasil (1964). Lei Federal 4.320/64. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm
- Carvalho, D., (2010). *Orçamento e contabilidade pública: teoria, prática e mais de oitocentos exercícios*. . 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 2ª reimpressão
- Gomes, E. G. (2008). Uso de modelos DEA em agricultura: revisão da literatura. *Revista Engevista*, 10 (1), 27-51.
- Kaveski, I. D. S., Degenhart, L., Vogt, M., & Hein, N. (2015). A Eficiência do Atendimento dos municípios vinculados ao SUS no Sudoeste de Mato Grosso do Sul. *Revista Administração Pública e Gestão Social*. 7(4),197-205.
- Kaveski, I. D. S., Mazzioni, S., & Hein, N. (2013). A eficiência na utilização de recursos no setor de saúde: uma análise dos municípios do oeste catarinense. *Revista de Gestão em Sistemas de Saúde – RGSS*. 2(2), 53-84.
- Kohama, H. (2010). *Contabilidade pública: teoria e prática*. 11. ed. São Paulo: Atlas.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- Lima, E. C. P. (2015). *Curso de finanças públicas: uma abordagem contemporânea*. São Paulo: Atlas.
- Macedo, M. A. S., Barbosa, A., & Cavalcante, G. T. (2009) Desempenho de agências bancárias no Brasil: aplicando análise envoltória de dados (DEA) a indicadores relacionados às perspectivas do BSC. *Revista Economia & Gestão*. 9(19) 65-84.
- Piscitelli, R. B., & Timbó, M. Z. F. (2010). *Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública*. 11. ed. São Paulo: Atlas.



Quintana, A. C., Machado, D. P., Quaresma, J. C. C., & Mendes, R. C. (2011). *Contabilidade pública: de acordo com as novas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal*. São Paulo: Atlas.

Rampazzo, S. E., & Corrêa, F. Z. M. (2008) *Desmistificando a metodologia científica: guia prático de produção de trabalhos acadêmicos*. Erechim, RS: Habilis, 2008.

Riani, F. (2012). *Economia do setor público: uma abordagem introdutória*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC.

Senra, L. F. A. C., Nanci, L. C., Mello, J. C. C. B. S., & Meza, L. A. (2007). Estudo sobre métodos de seleção de variáveis em DEA. *Revista Pesquisa Operacional*. 27(2) 191-207.

Silva, M. C. (2016) *Avaliação de desempenho de governos municipais brasileiros na execução orçamentária da despesa por funções de governo*. Tese de doutorado UnB/UEPB/UFRN, Natal, RN, Brasil.

Tesouro Nacional (2017). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. 7. Ed.

Disponível em: <

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>>

Thanassoulis, E., Kortelainen, M., Johnes, G., & Johnes, J. (2011). Costs and efficiency of higher education institutions in England: a DEA analysis. *Journal of the operational research society*. 62, 1282-1297